

# REVISITAR O CAMÕES DE EDUARDO LOURENÇO NO CONTEXTO DA SUA GERAÇÃO LITERÁRIA<sup>1</sup>

CRITICALLY REVISITING EDUARDO LOURENÇO'S  
CAMÕES IN THE CONTEXT OF ITS LITERARY  
GENERATION

LUÍS CARLOS S. BRANCO<sup>2</sup>

---

1 Este artigo foi realizado com o apoio da Bolsa de Doutorado em Estudos Culturais concedida pela Universidade de Aveiro (BD/REITORIA/9316/2020).

2 Professor Assistente no Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro.

**Resumo:** Pretendo, por um lado, analisar os contornos do pensamento camoniano de Eduardo Lourenço, iniciado na época da ditadura do Estado Novo e desenvolvido no Pós 25 de Abril, e, por outro, indagar até que ponto as suas postulações se cruzavam, ou não, com uma série de outros destacados estudiosos camonianos da mesma geração intelectual, entre os quais, Jorge de Sena e António José Saraiva.

**Palavras-chave:** Eduardo Lourenço, Camões, *Os Lusíadas*, António José Saraiva, Jorge de Sena.

**Abstract:** My aim is to analyze the various elements of Lourenço's camonian thought, that he initiated during the dictatorship of the Estado Novo and developed in the Post Carnation Revolution, and I will also inquire to what extent his postulations intersect with other camonian thinkers from the same intellectual generation, among whom Jorge Sena and António José Saraiva.

**Keywords:** Eduardo Lourenço, Camões, *Os Lusíadas*, António José Saraiva, Jorge de Sena.

## CAMÕES E NÓS

Afirma Eduardo Lourenço que Camões, na verdade, somos nós; e aponta uma diferença significativa entre o poeta e as outras luminárias da cultura europeia no modo como são assimiladas e representadas pelos seus povos, e a diferença é abissal. Se Shakespeare não é a Inglaterra, nem Goethe a Alemanha, Camões, esse sim, é Portugal. Porquê? Talvez porque quando o vimos de corpo inteiro, dissemos que também erámos assim. Só que Camões, segundo o ensaísta, não é inteiro; é partido, cindido. A haver nele uma identidade, ela é estilhaçada, mais inquiridora do que afirmativa. E o canto do cisne em chamas que é o *Os Lusíadas* parece servir *ad eternum* a um perpétuo Tempo Português, sempre em demanda de si mesmo. O poeta seiscentista é o nosso mais amado fantasma, aquele que não para de nos assombrar com as suas interrogações inscritas a luz, lama, carne e alma, prece e impreciação. Um fantasma, portanto, em carne viva.

Por isso, o seu canto está pejado, quase como música de fundo, pelo grito implacável da desrazão, que em voz alta desdiz a sua irmã: este já não é o nosso rosto, mas diz mais: este, provavelmente nunca foi o nosso rosto. E nesse poema em sombras e água, onde surge inteira esse espelho convexo da modernidade, onde, como alude Eduardo Lourenço, irrompe já “a Melancolia” (Lourenço, 2002, p. 47). A este irradiante desfundo, não poderiam ficar indiferentes os vul-

tos maiores da nossa cultura: de Régio a Aquilino, de Vasco Graça Moura a José Gil, citando apenas alguns exemplos, ou fora do âmbito analítico, e já no cerne da criação literária *strictu sensu*, a poesia de Manuel Alegre, *As Naus*, de António Lobo Antunes, ou mais próximo de nós, a *Viagem à Índia*, de Gonçalo M. Tavares. Todos, de um ou outro modo, se imergiram nas águas camonianas, fosse para as contradizer, anuir ou buscar outros trilhos.

É neste contexto, amplo e abrangente, que podemos situar um artigo de Eduardo Lourenço, proferido, pela primeira vez, em 1972, no centro cultural de Paris, na Fundação Gulbenkian, que aqui tomo como ponto de partida. Perceber qual a visão lourenciana de Camões, o enquadramento em que surge, e o diálogo que enceta com outros camonianos, eis o que pretendo analisar.

## UMA GERAÇÃO DE INTELECTUAIS E A SUA VISÃO DE CAMÕES

A primeiríssima constatação é a de que esse delírio épico escrito e rasgado pelo canto desesperado e atentíssimo da razão chamado *Os Lusíadas*, está, e sempre esteve, vivo entre nós, abrindo-se a multímodas, e muitas vezes, equivocadas leituras. Isto porque o entendimento e o avanço dos estudos camonianos sofreu como nenhum outro com a nossa própria rela-

ção freudiana com a história e conosco próprios – a nossa relação, porque umbilical, com o poema épico camoniano foi sempre ambígua, ambígua, facciosa, parcelar. Por isso, Lourenço, em 1980, clamava:

É mais do que tempo de ler *Os Lusíadas* como um poema e não como um repositório devoto de verdades patrióticas, morais, políticas, ideológicas, filosóficas, religiosas ou místicas sumptuosamente versificadas. Não porque essas *verdades* de algum modo não se possam encontrar lá ou pelo menos o reflexo e o eco delas, mas porque estão inseridas e envolvidas por algo bem mais decisivo e radical que é o *eu profundo do poeta* e sob ele o inconsciente de uma época particularmente complexa e dilacerada. (Lourenço, 2002, p. 100)<sup>3</sup>

No que aos estudos camonianos diz respeito, a data de 25 de Abril de 1974 surge como natural divisor de águas. Por essa razão, hoje, a visão heroica e laudatória, místico-nacionalista, propalada, pelo Estado Novo e pelos seus inúmeros acólitos, que foi durante muito tempo a única, como se nela estivesse contida a verdade do texto camoniano, avesso naturalmente a interpretações unívocas, está, pelo menos no que aos Estudos Literários diz respeito, completamente ultrapassada. No entanto, constata-se que este eixo interpretativo apologético, de auto-celebração de uma *raça* nacional encarnada, personificada supostamente pelos nautas representados no texto ca-

---

3 O ano de publicação original do texto aqui referido foi 1980.

moniano, parece difundida e pespegada, não só a um nível mais popular e mais chão, mas mais grave, de fato, é o estar incrustada no nosso sistema de ensino-basta folhear brevemente alguns dos atuais manuais escolares do secundário. Camões continua a ser o herói dos *Descobrimientos* e nada mais.

Esta visão maniqueísta e colonialista, cujas raízes vêm de trás, fez, naturalmente, vista grossa à infindável riqueza e à irresolúvel contradição da epopeia camoniana. Vejamos como, por exemplo, na introdução crítica a uma edição d’*Os Lusíadas*, de 1965, se afirma: «foi possível a um Estado minúsculo organizar com glória um tão grande império», e mais adiante, no mesmo tom grandiloquente, acrescenta-se que “As virtudes da raça, a exaltação dos homens-símbolo, tinham de surgir”, n’*Os Lusíadas*, como «causa de uma ação, sem isso, considerada inacreditável, fantástica» (Ferreira et al 1965, p. 11). Ou seja; só a pretensa superioridade lusitana (da raça!) tornou possível a conquista de um império. Atente-se, agora, como este raciocínio é legitimado, também, por José Maria Rodrigues: “Os Lusíadas são o livro sagrado da Pátria, o livro em cuja meditação se deve formar e averiguar a alma nacional” (Azevedo, 1999, p. 188).

Deste modo, o vate de todos os naufrágios poéticos, aquele que elevou a dúvida à condição de imortal poesia, vê-se, repentinamente, num papel do qual ele foi o primeiro dos primeiros a duvidar. Ei-lo, Camões, qual caricatura de feira, reduzido à imagem de

um olho cego, de uma espada e de um livro molhado, profusamente espalhado por todo o país e por todas as desinfetadas e assépticas escolas do Estado Novo.<sup>4</sup>

Fazendo, agora, um arco temporal, constata-se que, apesar de estar há muito provado, não só o profundo erro, mas a falta de rigor que essa visão enferma, paradoxalmente, e num segundo momento, ela acabará por prevalecer no pós 25 de Abril, onde, logo após uma certa esquerda tenta diluir Camões, do nosso horizonte cultural, o que foi um erro crasso, e, por outro lado, intersticialmente, a velha visão imperialista acabará novamente por se impor. A pertinência do texto de 1972 de Eduardo Lourenço, mantém-se, assim, incólume (outro texto de Lourenço, também de 1972, “Camões no presente”, manifestava já assinalável preocupação relativamente ao que acabámos de expor). O próprio ensaísta, em 1986, dava conta destes equívocos existentes, no pós-revolução, relativamente à epopeia camoniana. Nos primeiros anos, diz-nos ele, com acutilância, a *intelligentsia* advinda da revolução pretendeu «evacuar algumas das referências da antiga mitologia e uma dessas referências é, naturalmente, Camões», querendo substituí-lo pelo mais pícaro e, aparentemente mais conforme ao marxismo, Fernão Mendes Pinto, com a sua *Peregrinação*. Realça Eduardo Lourenço que, depois, “a pouco e pouco” se vê “uma restauração, afinal, dos valores

---

4 Sobre as questões de imagética camoniana, consulte-se a, breve, mas densa, obra de Vasco Graça Moura, *Retratos de Camões*, onde estas questões são tratadas com a relevância devida.



que tinham servido já ao antigo regime” (Lourenço, 1986, p. 32). Borges de Macedo corrobora esta opinião; “Os Lusíadas sofre as recentes impugnações ao Poema que, imprevisivelmente, passou a ser dado como uma *escola de colonialismo*” (Macedo, 1979, p. 77). É um tempo, portanto, de “ressaca imperial”, e seguidamente, como já vimos, o conservadorismo tomará a dianteira e a velha e errônea representação camonianiana regressará em força; sobretudo, a nível das classes populares e políticas (neste contexto, não se estranhe, por isso, que um político profissional e acadêmico, não soubesse, nos anos 80, sequer o número de cantos do *Os Lusíadas*).

Porém, ao nível dos estudos acadêmicos literários mais sérios e avançados, ocorreu nos finais da década de 60 e início da década seguinte, uma viragem profunda, coincidente com a primavera marcelista, final do Estado Novo. O texto lourenciano que, agora analisamos, datado de 1972, faz parte desta vaga, e está longe de ser um texto isolado ou de configurar um pensamento inédito em absoluto. Jorge de Sena, por seu turno, dá a lume *A estrutura de Os Lusíadas*, em 1970, e António José Saraiva publica *Para a História da cultura em Portugal*, em 1969. E há evidentes afinidades eletivas entre Lourenço e eles (Cf. Jorge de Sena, 1970).

Esta vaga de novos pensadores da cultura traz na bagagem, para além de um perfil político de esquerda (António José Saraiva ligado ao PCP, Eduardo Louren-

ço ao PS), novos e sumamente importantes conhecimentos à análise cultural e literária, entre os quais: o existencialismo, o estruturalismo, a semiótica linguística e literária, ou o *new criticism* americano. Tudo isto constituía conhecimento, terreno e código comum. Muitos vivem fora de Portugal, aproximando-se de universidades estrangeiras e lá lecionando. Jorge de Sena, no Brasil e em Santa Bárbara, na Califórnia; o próprio Eduardo Lourenço, leitor em Hamburgo e Nice; José Rodrigues Miguéis perambulando e escrevendo o essencial da sua obra ficcional em Nova Iorque. Todos eles, de algum modo, partilhando uma visão radicalmente oposta à anterior relativamente ao universo camoniano.

Desaparece com eles a ilusória imagem do cego vate com pala, anunciando o glorioso império, e surge, em contraste, o homem renascentista, que Camões é, em acordo e desacordo com o mundo circundante e consigo mesmo, que pode ser verdadeiramente conhecido e encontrado na carne e no osso dos seus poemas. Ou, como explicita Lourenço, encontramos-lo, não no panegírico às descobertas, mas, sim, “nos terrores do seu próprio verbo” (Lourenço, 2002, p. 40).

Esta plêiade de competentes e brilhantes estudiosos, da qual fazem parte alguns dos nomes maiores da nossa cultura, estava longe de estar de acordo, ou de falarem a uma só voz (a tese de Jorge de Sena, de que Camões teria sido cristão novo, por exemplo estava longe de ser consensual). O que podemos verificar

é um chão comum, uma visão global, que se vai construindo, precisamente, através dum diálogo fecundo entre os respetivos trabalhos. Estavam todos informados acerca dos respetivos enfoques dos seus pares. Não é obra do acaso que Lourenço, nos seus textos camonianos, nos reenvia, constantemente, para outros autores seus contemporâneos, com os quais as suas análises se confrontam, concordando ou discordando. *Actéon*, por exemplo, será fruto de discórdia lourenciana, sobre a lírica camoniana e o aparente conflito entre carnal e espiritual, com António Sérgio, mas de concordância com “o que compreendeu magistralmente António José Saraiva” (Lourenço, 2002, p. 29). Assinale-se que, antes de enunciar a sua tese da “razão oscilante” em *Camões*, não deixa de endereçar o seu achado intelectual a Sena, referindo a seniana “dialética camoniana”. Realce-se, aliás, neste particular, que a conceção, enunciada por Lourenço, deflui, não só da já referida dialética seniana, bem como da Contradição apontada por António José Saraiva (Cf. Saraiva, 1997).

Perante este dialógico confronto de ideias, devemos sublinhar, que de todos estes autores, a nenhum deles se pode atribuir a autoria deste novo olhar sobre a epopeia camoniana. É rente ao cair da ditadura e abrir de pano para a democracia que tal liberdade de análise camoniana irrompe em vários autores; sobreleva-se, portanto, a visão de conjunto.

## A OSCILANTE RAZÃO CAMONIANA EM FACE DE OUTRAS HERMENÊUTICAS

Todos os autores suprarreferidos comungavam a opinião de que se, por um lado, n'Os Lusíadas se faz a apologia das viagens marítimas portuguesas, por outro, ele é também, e ao mesmo tempo, o seu Requiem: portanto, epopeia e, simultaneamente, anti-epopeia. Poema polifónico, atravessado constantemente pelas suas próprias antinomias, com sublinham, à vez, esses estudiosos. E se, porventura, as vozes que o poema comporta incluem a celebração dos *descobrimientos*, incluem, do mesmo modo, a crítica corajosa e inclemente a essa mesma voz celebrativa. Atente-se, a esta luz, não só à fala do Velho do Restelo, mas também à crítica feroz do Adamastor aos lusos nautas, ou à onírica verve acusatória que perpassa violenta no sono de D. Manuel. Este coro discordante faz-se ouvir, profusamente, ao longo de toda a obra, quer personificando-se, quer em intervenções do próprio narrador. É aliás, com este tom desencantado e pleno de dúvida que o canto encerra, nas admoestações finais a D. Sebastião (Camões, 1965).

Assim, esse tremeluzente oscilar (como o adjetivou Lourenço), ou Dialética (no dizer de Sena), ou Contradição (segundo, António José Saraiva), é o eixo nodal no qual, e fora discordâncias de pormenor, todos eles concordam. A épica camoniana prima por

uma tonalidade dubitativa. Para Sena essa tonalidade é dialógica; para Saraiva, ela é contraditória e o poeta vai-se desdizendo ao longo do poema; para Lourenço, há uma razão, um julgamento que vai oscilando, hesitando, serpenteando, à medida que vai avançando e aprofundando conhecimento e vai mudando de posição perante o rumo histórico e os cambiantes de direção que vão vendo o país tomar. O Camões de Lourenço ainda viveu um pouco do zénite do domínio português do mundo, mas viveu também o início da sua decadência.

Por tudo isso, alguns destes camonistas dedicaram-se a dilucidar os referentes políticos e históricos de Camões. É o caso paradigmático de António Sérgio que relevou uma face eminentemente político-panfletária no poeta.<sup>5</sup> Ou, já devedor do espírito pós Estado Novo, a minudência arqueológica de Jorge Borges de Macedo, indagando das íntimas conexões do texto camoniano com a História e as interinas lutas de poder, das quais o versejar camoniano dá intenso sinal. A este título, note-se que o presente no qual Camões começa escrevendo a sua epopeia será absolutamente diferente daquele em que o concluirá, e o seu longo poema dá disso sinal.

Se, logo no início do seu projeto, a viagem de Gama (o “rude de letras” como o epitomará o poeta) pertenc-

---

5 António Sérgio focalizou-se também na questão do platonismo, na qual Eduardo Lourenço interveio, aludindo à importância de Leão Hebreu e do seu «Diálogos de Amor», como primordial influência platonizante em Camões.

cia já ao passado (Camões, 1965, p. 173), então o cair do pano da epopeia, esse, ressuma do travo a cinzas ardentes, entretanto, aportado ao território nacional por via da santa inquisição e da companhia de Loyola (que, muito em breve, se assenhoreará do ensino em território nacional). Para além do mais, inúmeras feitorias e posições militares tinham sido, entretanto, perdidas. O domínio marítimo português não só deixa de ser hegemónico, bem como está ferido de morte pelo apetite voraz de holandeses, franceses e ingleses. E Camões sabe-o.

Eduardo Lourenço põe precisamente o acento no tempo presente vivenciado, na carne e no espírito, por Camões, mas alarga-o e contextualiza-o no seio da Europa de então. Eis-nos, assim, no coração batente do Renascimento que, ao mesmo tempo, que olha para trás, para o que morre, olha defronte para o que advirá. O vate é, portanto, filho do seu século agónico, esplendoroso e português. Mas – não cansa de realçar Lourenço – sempre em contínuo diálogo especular com o sem fronteiras do Humanismos soprado da Itália e da Flandres. “O Tempo (...) Terá como homem do renascimento, um duplo rosto” (Lourenço, 2002, p. 48), nota o ensaísta, em sintonia com António José Saraiva, “Por trás da dualidade estilística de Camões pressente-se uma contradição essencial” (Saraiva, 1997, p. 48), ou, como assevera com documentado acerto, E. M. de Melo e Castro, “É de facto da Renascença e posteriormente do iluminismo que sai o mun-

do quantitativo em que hoje vivemos e nesse aspeto *Os Lusíadas* é um poema profundamente moderno pela sua estrutura quantitativa rigorosa” (Castro, 1984, p. 215).

Neste quadro, os camonianos com quem Eduardo Lourenço estabelece diálogo preferencial são: António José Saraiva, que teve um papel preponderante e seminal, abrindo caminho a novas problemáticas no que concerne à obra camoniana; e, inevitavelmente, Jorge de Sena.

Este último procedeu a um levantamento matemático da estrutura e do léxico usado no *Os Lusíadas*, no qual se baseou para afirmar que *Os Lusíadas* tem características que apontam para que o seu autor seja um cristão novo. Manifesto, aqui, o meu desacordo com José Madeira e Martim de Albuquerque, quando se referem às obras senianas suprarreferidas em termos de parco e franciscano rigor, apelidando-as de “jogo malabarista de números” (Madeira, 2000, p. 14). Na verdade, o extenso e laborioso levantamento lexicológico efetuado por Sena permitiu, em primeira mão, averiguar hipóteses de trabalho de um modo científico e verificável; descobriu-se, por exemplo, para além da confirmação do homem quantitativo que Camões era, que no *Os Lusíadas*, contrariamente ao que as teses, antes comumente aceites sobre a importância do espírito de cruzada na obra não correspondiam à verdade do texto, pois o nome de Cristo é enunciado, de modo quase inexistente, com pouca representati-

vidade e significado na totalidade da obra. Ou essou-tro desvelar seniano, estabelecendo a ligação entre a *Divina Comédia* e *Os Lusíadas* que lhe toma o modelo de divisão em cantos, quando, antes destes estudos, se estabeleceu, sem contestação, paralelismos estruturais com outras epopeias, mormente as maneiristas.

Aliás, o próprio Eduardo Lourenço reconhece a importância capital de Sena: “Ninguém, antes de Jorge de Sena, acentuara tão bem o que desenvolvemos aqui”, e continua, “o que ele designou por dialética camoniana e nós ousamos apenas batizar como razão oscilante” (Lourenço, 2002, p. 53). A obra seniana, filha desse visão aproximativa partilhada por toda uma ilustre geração, tornar-se-á importante nos estudos camonianos. O método inovador usado por Sena foi prenunciador e antecipou o método informático lexicográfico prefigurado, por exemplo, por Helena Mira Mateus ou Augusto Aires Nascimento, usado hodiernamente em inúmeros estudos literários e linguísticos. Igualmente, na senda dos estudos senianos, Vasco Graça Moura averiguou a matemática relação d’*Os Lusíadas* com o número áureo e a divina proporção renascentista (Moura, 1994).

Ora concordando, como demonstrado acima, quer discordando; por exemplo, com António José Saraiva:

Em relação a *Os Lusíadas*, nenhum intérprete moderno insistiu com mais força do que António José Saraiva, na ideia de um influxo de temas de origem



neoplatónica, mas esta intuição (...) nem tem textual comprovação, nem ajudou o autor a encontrar aquela coerência profunda que através dela é legítimo deprender. (Lourenço 2002, p. 56)

Seja como for, Lourenço concebeu os seus trabalhos em aturado e fecundo diálogo com os seus pares, e apesar de a sua abordagem ser diferente, partindo de outros pressupostos filosóficos (a fenomenologia e a psicanálise), não se furta às minudências dos estudos literários. Para ele, a razão, o julgamento de Camões sobre o tempo português que era o seu vai oscilando, entre o elogio e a condenação. É um moralista e um crítico, como, em grande medida, todos os humanistas o foram.

Esta, ao tempo, novíssima radiografia analítica de Camões, realizada por este conjunto de autores, sofreu contorções e adendas várias. Por exemplo, Lourenço estenderá à análise do alcance mitológico de Camões e da sua epopeia na visão identitária do Portugal contemporâneo; Sena, por sua vez, procederá a reactualizações várias. Seja como for, este grupo ínclito marcou a mudança de paradigma nos estudos camonianos.

## NO RASTO DOS ESTUDOS CAMONIANOS

Resumindo, durante o Estado Novo impôs-se a visão imperialista se impôs. Mesmo um liberal e oposi-

tor à ditadura como Fidelino Figueiredo interpretou a epopeia camoniana como “a gloriosa apoteose do esforço do homem”, dizendo que “a epopeia é fundamentalmente a apologia da vitória” (*Apud* Azevedo, 1999, pp. 124-125). Mas, recuando um pouco atrás, podemos referenciar Garrett, Teófilo Braga ou Herculano, e o papel que tiveram na propalação da imagem da epopeia enquanto canto nacionalista. Procuravam encontrar, como nos demonstram os estudos de Nuno Rosmaninho e Carlos Cunha, uma arte e uma literatura nacionais (Cf. Cunha, 2008).

Esta visão tomaria, no entanto, proporções desmedidas nos anos de governo de Salazar, servindo objetivos de cariz propagandístico.

Podemos assinalar uma outra corrente, de teor polemista, que vem até hoje (por exemplo, em José Madeira), em torno da obra camoniana. Ela inicia-se nos seiscentistas Manuel Pires de Almeida e João Soares de Brito ou, já no século seguinte, em D. Francisco Child Rolim de Moura, com as suas *Advertência sobre alguns erros de Luiz de Camões na Composição dos seus Lusíadas*. E, seguindo nessa esteira, em 1820, o livro *Censura dos Lusíadas*, do padre José Agostinho de Macedo, onde o autor aponta algumas contradições camonianas como, pasme-se, erros não intencionais variados, e diz que o seu próprio poema épico, *Oriente*, suplanta, em perfeição e qualidade, a obra camoniana.

Porém, antes mesmo antes da liberdade pós-Abril, vislumbrava-se já o término dos colonialistas revisionismos. O Camões maravilhoso de Aquilino, o neurótico e psicológico Camões regiano, e o verrinoso Camões político e panfletário de António Sérgio, contribuíram muito para isso (Cf. Sérgio, 1977). Entretanto, em vários campos do saber, surgiram múltiplos e pluridisciplinares estudos camonianos, ora fazendo uso dos métodos históricos (Borges de Macedo, por exemplo), ou da linguística (o levantamento vocabular efetuado por Sena e E. M. de Melo e Castro), da psicanálise mítica (Lourenço), e da filosofia (José Gil e Egídio Namorado), veiculando uma visão mais condizente com o imo do texto camoniano e mais afim com as metodologias praticadas no mundo académico internacional.

Este amplo movimento, no qual deveremos incluir também, entre outros, Hélder Macedo, Hernâni Cidade, Eduardo Prado Coelho, Vasco Graça Moura, terá, de algum modo, a sua caricatura, o seu duplo inverso, na obra *Camões contra a expansão e o império- os Lusíadas como antiepopéia*, que se centra apenas no lado crítico e político de Camões, como se este fosse o único, desviando-se intencionalmente a da aporética e produtiva duplicidade sinalizada, como vimos atrás, por estudos sólidos (Cf. Madeira, 2000). Os argumentos do seu autor não só carecem de confirmação científica e comparatista, como mesmo até de alguma novidade. Ele próprio chama a atenção da sua dívi-

da intelectual para com o polêmico, e já mencionado, *Censura aos Lusíadas*, de José Agostinho de Macedo, no qual se filia. Por exemplo, o fato de Camões usar epítetos de origem animal para D. Afonso Henriques, ou chamar “ferino” a Nuno Álvares Pereira, é interpretado por José Madeira como graves vitupérios lançados pelo poeta, o que nos parece, não só errôneo, como pouco assertivo. Não conseguimos, de fato, decifrar esse caráter ofensivo, ainda para mais num contexto de guerra onde tais epítetos estão textualmente inseridos. Teses deste teor e com este suporte intelectual abundam e ensombram a referida obra. Bem pelo contrário, julgamos que as personagens atuantes no poema epopeico camoniano são, isso sim, caracterizados de modo, por vezes, contraditório, pois, estamos diante de um autor observador e interrogativo, um autor, em suma, renascentista, que ao escrever que irá cantar “o ilustre peito lusitano” não o faz em tom irônico, como é sugerido por José Madeira. Não nos parece, de todo, que as primeiras estâncias da epopeia sejam escritas com intuito sarcástico. A epopeia camoniana não é feita de jubilosa e ingênua luz como propuseram os arautos do Estado Novo, nem de pegajosa escuridão, como, não tão inocentemente como isso, pretende José Madeira; mas sim pelo inelutável diálogo entre as sombras e a luz, como tão bem demonstrou o grupo de acadêmicos que temos vindo a analisar. A este propósito, assevera

Lourenço, enquadrando Camões no seu tempo literário e histórico:

Camões assume-se, pela primeira vez entre nós, como o poeta da própria condição poética do Homem. Isto quer dizer que foi, na sua alta e incandescente poesia, menos o glorioso cantor das nossas glórias efêmeras e imortais que o poeta da consciência da grandeza, intrínseca e nova dignidade do Homem no universo, tal como um Pico della Mirandola e todos os grandes homens do Renascimento, deslumbrados a descobrirem em si e agindo numa História feita de homens e pelos homens. E isto sim, pode atravessar como um relâmpago o quatro séculos que separam o nosso tempo de morte da sua ideal e merecida imortalidade. (Lourenço, 2002, p. 102)

Contudo, as análises sérias e relevantes têm hoje novos e assinaláveis estudiosos camonianos: José Augusto Cardoso Bernardes – atente-se no artigo onde análise o desencanto de Camões no final do poema e a ligação destas estâncias finais com o ressonante início (Cf. Bernardes 2000, pp. 69-84) –, Justino Mendes de Almeida, Maria Isabel Rebelo Gonçalves, ou Teresa Carvalho (que investiga as conexões entre epopeia e antiepopeia ao longo da História Literária), entre outros (Cf. Carvalho, 2008).

## OS LUSÍADAS SÃO CAMÕES, NÃO SÃO PORTUGAL

A aproximação enunciada por Eduardo Loureço, em 1972, enforma, para além desta visão geral partilhada por alguns dos seus contemporâneos, de uma perspetiva muito própria, com raízes na sua formação filosófica, que a sua longa estadia em França lhe permitiu aprofundar, pondo-o em contacto com os autores da *French Theory* e correlatos, então, muito em voga. Como, por exemplo, a fenomenologia husserliana, ou a Mitologia, tal como a postulou Roland Barthes, e da qual Lourenço estaria certamente a par, enquanto académico a trabalhar em solo francês. Este lastro de sinal filosófico permitiu-lhe, portanto, uma aproximação assaz original, fazendo, por esta via, ressaltar a profunda modernidade da epopeia camoniana: não só pondo a nu o obsessivo meta-discurso camoniano, mas respondendo à interrogação sobre quem será o herói do épico poema (questão em aberto, pois se os seus pares tinham chegado à enunciação de que não havia herói, não aprofundam as questões que tal asserção levanta) E esse herói é, não o povo marinho português, mas, entende Lourenço ser o próprio Camões, enquanto – sublinhe-se – Autor. Aquele que almeja a imortalidade através duma imersão total na obra, mas descobre, no próprio caminho escrito, a impossibilidade de, como homem no

Tempo, vir à tona; eis o que o ensaísta designa por “contradição Objetiva” (Lourenço, 2002, p. 43).

Por conseguinte, o “desejo altíssimo” em que o autor quer desaparecer dentro da sua própria obra para emergir, depois, transfigurado, fundido com ela, reenvia-nos para a similitude ontológica entre Camões-Autor e o autorretrato de Dürer, onde este se auto-representado como Cristo, como Deus. Repare-se, como em certa medida, há um antecipar da visão egóica que viria a caracterizar o Romantismo. Talvez só as vanguardas desconstrutivistas, do início do século XX, viriam a ser tão autoconscientes desse propósito misterioso inerente à obra de arte e das suas relações com o Eu do autor (e, por isso, se calhar, se quiseram *desembaraçar* dele) e dos mecanismos, conscientes e inconscientes, subjacentes a tal delirante e ambiciosa empresa:

Como os mais altos representantes da sua época, Camões está envolvido num combate pela sua própria realidade, ao mesmo tempo no exterior e no interior da Obra, como em certas pinturas religiosas do Renascimento em que a Divindade tanto se humanizou que alguns emprestam o seu rosto a Deus, como Dürer; e outros acolhem-no morto nos seus braços, como Miguel Ângelo. O tempo de Camões foi também aquele em que se tornou necessário acolher a Realidade nos seus braços, não bastando como antes contemplá-la no espelho de uma Verdade Transcendente. Era preciso, em suma, arriscar a sua razão contra a promessa de Vida. (...) Quem duvida que Camões tenha sido um desses argonautas de Espírito? (Lourenço 2002, p. 54)

Alude Lourenço que “O tempo de Camões foi, antes de mais, aquele em que a obra teve de se assumir como realidade literária, aquele em que os autores começam a viver de olhos abertos a aventura cega, ainda inacabada da Literatura” (Lourenço, 2002, p. 40). Camões, por isso, não quis, na verdade, cantar o ilustre peito lusitano, mas sim, cantar-se a si próprio e ao seu talento. Na prosa sempre bárbara de Harold Bloom concorda-se com Lourenço “A obra *Os Lusíadas* trava uma batalha tremenda (...) contra os poetas Virgílio e Ariosto” (Bloom, 2014, p. 579). Refira-se, lateralmente, que Bloom deu a lume a sua tese gnóstico-psicanalítica *A Angústia da Influência*, em 1973, apenas um ano depois do artigo de Lourenço, que, de certo modo e em moldes não sistemáticos, antecipa a tese bloomiana, o que não deixa de ser uma notável coincidência.

Sempre existiu um desejo de sublimação na obra artística. O estético sempre serviu a salvação do humano, porém, o que começou, de forma consciente, no Renascimento, no qual o Homem é posto, agora, no centro de si próprio, é esta auto-gnose, esta auto-dilaceração a ouro; que, na contemporaneidade, detetamos em Herberto Helder ou na arte plástica de Cabrita Reis. Por isso mesmo, Lourenço refere Miguel Ângelo como o único capaz de rivalizar, em ambição artística, com a desmesura de Camões, o poeta que se propõe, logo aí, no reverberante e representativo *incipit* escrever a maior obra literária alguma vez feita,



silenciando Homero e Virgílio, com a altitude do seu versejar (Cf. Camões 1965).

Esta ambição renascentista, feita sobre os escombros da idade média e à luz ainda incerta da ciência e da reforma, onde o homem ao pôr-se no centro, põe-se também no olho do vulcão de todas as aporias, é a página em branco na qual Camões escreverá, mas que acabará por lhe queimar as mãos, virando-se contra o próprio autor. Só os órficos modernistas apreenderam em todas as suas dimensões, o quanto a obra é um artefato vivíssimo. Camões não é, apesar de tudo, neste aspecto, um vate completamente isolado, pois as epopeias maneiristas, contestatárias do mundo donde relevam, são assombradas, elas também, por este estar ao centro crucifical da obra.<sup>6</sup>

Torquato Tasso e Ariosto são, assim, seus companheiros na travessia do humaníssimo Hades do início da nossa Modernidade. Por isso, esses livros são obras totais, feitas de um saber que se quer completo sobre o mundo; a noção de romance total tem aqui os seus primeiros genes. E eram, por essa mesma via, como anunciará o medievalista Umberto Eco, séculos mais tarde, obras intensamente abertas. Ou, no dizer de Lourenço, “As sombras da história e os seus avatares incomuns da fortuna introduziram no seu canto uma consciência quase enraivecida do abismo que separa o sonho da realidade” (Lourenço, 2002, p. 41).

---

6 Utilização de neologismo, composto a partir de «crucífero» e «sacrifical».

Eis que temos, então, uma casa que se constrói, tijolo a tijolo, com divino afã e uma casa que cai, verso a verso, humanamente no poema. Ou seja, o decisivo encontro de que fala Lourenço em *Tempo e Poesia* «do homem com os seus limites» (Lourenço, 2002, p. 27). Na verdade, quando dizemos casa, deveríamos dizer antes Templo, pois, esta auto-sagração na escrita, é uma carta muitas vezes endereçada à própria divindade, dizendo-lhe em letras ferventes que ela já não é necessária; portanto, o Deus do Poeta, aquele perante o qual ele será capaz de se autoimolar tem agora outro nome: Literatura. Todos os outros deuses, pagãos ou não, desapareceram, porque só aqui, o Homem, muitas vezes, pagando com a vida ou má-fortuna esse conhecimento, se descobre: Autor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a vigência ditatorial do Estado Novo, a obra épica de Camões foi usada como meio de propaganda dos seus ideais imperialista e colonialistas. Os Descobrimentos eram, assim, glorificados, e Oliveira Salazar utilizava o poema como caução para a sua torpe manutenção das colónias, num tempo em que todas as nações que tinham tido um passado colonial o renegavam, não opondo obstáculos à independência dos países que, de modo ilegítimo, tinham estado sob

a sua alçada. Foi o que fez a Inglaterra e a França; mas não o regime fascista português.

Esta leitura monocromática do extenso poema camoniano, propalada pelo Estado Novo, acentuava os aspetos bélicos, supostamente gloriosos, da obra, fazendo vista grossa à intrínseca qualidade literária do poema, manietando-o das muitas perspetivas e vozes que o habitam. Era, portanto, uma visão afirmativa e descontextualizada, de sentido único. Relembre-se, no entanto, que Camões viveu numa época em que a gesta marítima entrava já em declínio, sinalizado, por exemplo, pela perniciosa entrada da inquisição em Portugal, com consequência futuras trágicas.

Eduardo Lourenço, tal como outros intelectuais avessos ao regime fascista, pressentiu que essa forma de elevar o excelso livro camoniano a um estatuto, quase sagrado, de pai político-literário da pátria, era, de fato, uma forma de o diminuir, de ofuscar a sua qualidade literária e de impedir discussões frutíferas em volta dele. Assim, o ensaísta decidiu reposicioná-lo no lugar a que sempre teve direito: o lugar de uma fantástica obra literária e que, por isso mesmo, está pejada de vozes discordantes, de múltiplas interrogações, enfim, de polissemias variadas. Nesta visão multidimensional proposta por Lourenço, agora, o autor, Camões, é alguém que se interroga continuamente e que questiona, simultaneamente, o que observa na História que vivencia e transporta para o poema. Nesta interpretação de Lourenço, *Os Lusí-*

das são um longo solilóquio no qual, longe de fazer quaisquer afirmações definitivas acerca das viagens marítimas portuguesas, o sujeito poético as põe sempre em dúvida. Por isso, os defeitos dos marinheiros portugueses – entre os quais a ganância, a pilhagem, a falta de educação escolar ou a inexistência de uma visão verdadeiramente estratégica – são por ele descritos de modo desapiedado. A isto, a este lastro dubitativo que marca indelevelmente a obra épica, denomina-o Lourenço por a Razão Oscilante.

Contudo, o ensaísta não estava só na sua pretensão de voltar a dignificar a obra de Camões, chamando a atenção para os múltiplos mundos nela representados, pois esta era uma demanda geracional comum a uma série de acadêmicos e intelectuais avessos ao Estado Novo. Todos eles foram pioneiros nos Estudos Camonianos, tal como hoje nós os entendemos. Assim, até certo ponto, podemos dizer que entre a Dialética, proclamada por Jorge de Sena, a Contradição, proposta por António José Saraiva, e a Razão Oscilante de Lourenço, não há propriamente discordâncias de fundo, e todos eles convergem em sublinhar a polissemia dialógica inerente ao poema épico de Camões.

Talvez que a grande originalidade de Lourenço em relação a esses seus pares, seja, sobretudo, a de sinalizar o início de um moderno entendimento do autor, na sua relação consigo mesmo e com a sua própria obra. Por outras palavras, Lourenço nunca o diz deste modo, mas, nas suas afirmações, está implícito o

seguinte: o duvidar característico de Camões abriu a porta à fragmentação e rasura ontológica de Fernando Pessoa e dos seus companheiros de Orpheu. O poeta modernista, Pessoa, afirmou que a verdadeira poesia só pode ser dramática, teatral, pois apenas ela permite que múltiplas e contraditórias vozes dialoguem, de modo fecundo, entre si. Ora, e o que são *Os Lusíadas* se não um poema dramático?

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Manuela (Coord.). *Fim de Milénio-VII e VIII Fóruns Camonianos*. Lisboa: Edições Colibri, 1999.
- BERNARDES, José Augusto Cardoso. «As estâncias Finais D'Os *Lusíadas* ou o Nunca ouvido Canto de Camões». *Ma-thesis*, n. 9 (2000): 69-84.
- BLOOM, Harold. *Génio*. Lisboa: Temas e Debates- Círculo de Leitores, 2014.
- CAMÕES, Luís Vaz de. *Os Lusíadas*, Porto: Editorial Domingos Barreira (com introdução, notas e prefácio de A. C. Pires de Lima, Bertino Daciano R. S. Guimarães, Joaquim Ferreira), 1965.
- CASTRO, E. M. de Melo e. *Projecto: Poesia*. Vila da Maia: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.
- CARVALHO, Teresa. *Epopéia e Antiepopéia: De Virgílio a Alegre*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
- CIDADE, Hernâni. *Luís de Camões*. Lisboa: Bertrand, 1956.
- CUNHA, Carlos Manuel Ferreira da. *O nascimento da literatura Portuguesa*. Braga: Editora Nova Educação, 2008.
- FERREIRA, Joaquim et al. «Os *Lusíadas*: introdução e prefácio». *Os Lusíadas*, Porto: Editorial Domingos Barreira, 1965.
- LOURENÇO, Eduardo. «Da Contra- Epopeia à Não- Epopeia: De Fernão Mendes Pinto a Ricardo Reis» (1986/2),

*Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.18/19, 20 de Fevereiro, (1986): 27-35.

LOURENÇO, Eduardo. *Poesia e Metafísica*. Lisboa: Gradiva-Publicações, 2002.

MACEDO, Jorge Borges de. *Os Lusíadas e a História*. Lisboa, Editorial Verbo, 1979.

MADEIRA, José. *Camões contra a Expansão e o Império: Os Lusíadas como Antiepopéia*, Lisboa, Fenda Edições, 2000.

MOURA, Vasco Graça. *Camões e a Divina Proporção*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994.

SARAIVA, António José. *Luís de Camões*, Lisboa: Gradiva, 1997.

SENA, Jorge. *A Estrutura de «Os Lusíadas»*. Lisboa, Portugalíia Editora, 1970.

SEBA, Jorge. *Estudos sobre o Vocabulário de «Os Lusíadas»*. Lisboa: Edições 70, 1982.

SÉRGIO, António. *Em torno das Ideias Políticas de Camões seguido de Camões Panfletário*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1977.